



SEÇÃO: ARTIGOS LIVRES

Movimento Bandeirante e as mudanças climáticas: iniciativas do Terceiro Setor para um Futuro Sustentável*Movimento Bandeirante and climate change: Third Sector initiatives for a Sustainable Future***Gabriel Serra Ferreira de Brito¹**orcid.org/0009-0008-9725-3261
gabriel.serrafb@gmail.com**Recebido em:** 11 jul. 2024.**Aprovado em:** 9 ago. 2024.**Publicado em:** 09 dez. 2024.

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o papel das organizações do terceiro setor, com foco no Movimento Bandeirante, na mitigação das mudanças climáticas. Utilizando uma abordagem qualitativa, o artigo apresenta como essa entidade oferece uma educação ambiental não formal, promovendo a conscientização e ação coletiva para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos. A metodologia inclui análise documental e estudo de caso das iniciativas históricas e atuais do Movimento Bandeirante em projetos de conservação e práticas sustentáveis, destacando seu impacto na formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade global.

Palavras-chave: Movimento Bandeirante. Educação Ambiental. Terceiro Setor. Mudanças Climáticas.

Abstract: This article aims to analyze the role of third-sector organizations, focusing on the Movimento Bandeirante (Bandeirante Movement), in mitigating climate change. Using a qualitative approach, the article presents how this organisation provides non-formal environmental education, promoting awareness and collective action to address contemporary environmental challenges. The methodology includes document analysis and case studies of the historical and current initiatives of the Scout Movement in conservation projects and sustainable practices, emphasizing its impact on shaping citizens committed to global sustainability.

Keywords: Bandeirante Movement. Environmental Education. Third Sector. Climate Change.

Introdução

Em entrevista recente, o cientista Paulo Artaxo (ENSP Fio Cruz 2024) citou que um dos maiores desafios que a humanidade enfrenta hoje é a perda de conexão vital entre os humanos e o resto do mundo que nos sustenta. Nossa espécie depende da biodiversidade no nosso planeta e de um clima estável para ter uma estabilidade mínima de sistemas socioeconômicos. Contudo, estamos indo na contramão dessa dependência e rompendo essa conexão vital entre nós e o planeta Terra.

As mudanças climáticas são as alterações significativas e duradouras nos padrões climáticos globais ou regionais, especialmente aquelas que surgem desde meados do século XX até o presente, devido, em grande parte, às atividades humanas. Esse fenômeno é amplamente



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

caracterizado pelo aumento das concentrações de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, como dióxido de carbono, metano e óxido nitroso, resultante da queima de combustíveis fósseis, desmatamento, agricultura intensiva e outras práticas industriais. Essas mudanças nos níveis de GEE têm intensificado o efeito estufa natural, levando a um aumento na temperatura média global, conhecido como aquecimento global.

As mudanças climáticas englobam uma ampla gama de efeitos, incluindo a elevação do nível do mar, alteração dos padrões de precipitação, aumento na frequência e intensidade de eventos climáticos extremos (como furacões, secas e ondas de calor), e mudanças nos ecossistemas e na biodiversidade. A comunidade científica, representada por instituições como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, tem fornecido evidências substanciais sobre a origem antropogênica dessas mudanças e suas projeções futuras, alertando para os impactos profundos que essas alterações podem causar nas sociedades humanas, econômicas e no meio ambiente global. Essas transformações exigem uma resposta integrada e multidisciplinar, combinando mitigação das emissões de GEE e adaptação aos impactos inevitáveis.

A fim de dar essa resposta, líderes mundiais e entidades civis se debruçaram para criar um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. Denominado Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, resultou na criação de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Vale destacar um trecho do documento *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*:

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Eles se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três

dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (Organização das Nações Unidas 2015, 2).

Esse esforço pareceu deixar para trás a teoria de Giddens (2009), que considera o Estado nacional como ator principal na elaboração dessas políticas, afirmando que existiria uma grande dificuldade no cenário internacional no que diz respeito ao estabelecimento de metas nacionais ou internacionais e de mecanismos de controle para redução de emissão de gases estufa.

Contudo, Giddens (2009) merece especial reconhecimento quanto ao papel do Estado no processo de efetivação das políticas públicas, atuando como um facilitador, ou seja, ajudando a estimular a diversidade de grupos da sociedade civil que as conduzirão.

A atuação dos órgãos governamentais como auxiliares nesse processo, decorre da importância de outros setores da sociedade, deixando de lado a noção de que gestão pública está ligada ao Estado. Na realidade a política pública não é uma responsabilidade apenas do Estado, visto que a sociedade exerce papel ativo e decisivo para sua existência (Pereira 2008).

Dentre setores que fazem parte desse papel social, o terceiro é aquele que está em um campo complexo e heterogêneo de organizações sem fins lucrativos e com fins públicos. Esse campo inclui desde associações comunitárias até fundações que se articulam com redes locais, nacionais e internacionais, desenvolvendo ações no campo de direitos humanos, questões ambientais, desenvolvimento local, implementação de programas e serviços da Política Nacional de Assistência Social, educação infantil, entre outros (Fernandes, Maciel e Clos 2012).

O terceiro setor é composto por:

Organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas com ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (Fernandes 2005, 27).

O papel do terceiro setor no que diz respeito às ações de mitigação das mudanças climáticas está diretamente ligado à forma única de atuação no desenvolvimento de ações em questões sociais, econômicas e ambientais. Compreendendo as dinâmicas, os desafios e as necessidades da sociedade e buscando possíveis soluções, essas organizações conseguem alcançar áreas que, muitas vezes, escapam à ação eficaz das instâncias governamentais e do setor privado.

Dentre estas áreas está a educação ambiental, que pode ser compreendida por dois aspectos. De um lado, o formal, que é aquele vinculado a uma educação que leve ao conhecimento do meio ambiente, sua estrutura, suas leis, seu funcionamento e que vise uma mudança de pensamento e atitude, a partir de uma conscientização da importância da conservação ambiental, assumindo-se uma postura ética em relação ao mesmo. De outro lado, o informal, que é um processo de práticas educativas intencionalmente organizadas, normalmente dedicadas à população de todas as idades e que pode se orientar em diversas vertentes, desde a aquisição de conhecimentos ao desenvolvimento de valores e atitudes positivas para o ambiente, passando, inclusive, por atividades de lazer (Tristão 2011).

Pensando em terceiro setor e educação ambiental, uma das entidades referência no assunto, é a Federação de Bandeirantes do Brasil, uma organização civil, beneficente, sem fins lucrativos, de educação não formal. Fundada no Brasil em 1919, a entidade compromete-se com a educação para a cidadania ativa de crianças, adolescentes e jovens dos cinco aos dezoito anos e conta com a participação de adultos voluntários na coordenação e direção de sua ação. A instituição é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e por outros organismos internacionais como uma das maiores organizações internacionais de educação não formal, com dez milhões de associados em 152 países de todos os continentes (Federação de Bandeirantes do Brasil 2008)

O Movimento Bandeirante

A Federação de Bandeirantes do Brasil ou Movimento Bandeirante é uma instituição de educação não formal criada na Inglaterra em 1909 por Robert Smith Baden-Powell. Ela chegou ao Brasil em 1919 por meio de uma carta enviada por Olave Baden-Powell, esposa do criador, e foi fundada e expandida por Jerônima Mesquita, sendo adaptada à realidade brasileira. A missão da instituição é "Ajudar crianças, adolescentes e jovens a desenvolverem seu potencial máximo como responsáveis cidadãos do mundo" (Federação de Bandeirantes do Brasil 2008, 121) por meio de atividades baseadas na metodologia desenvolvida pelo fundador.

A metodologia aplicada no Movimento Bandeirante é baseada em Programas de Ramo. Fellini (2017) explica que cada ramo corresponde a um grupo de determinada faixa etária: Ciranda, de cinco a oito anos; Bandeirante 1 (B1) de nove a 11 anos; Bandeirante 2 (B2) de 12 a 14 anos, com o lema *semper parata* e Guia, de 15 a 18 anos, com o lema *servir*. Seus membros são divididos em crianças, adolescentes e jovens, por faixa etária, e os adultos (coordenadores) são divididos em cargos com contato direto com as crianças, ou administrativos, para compor a diretoria.

Para cada ramo há um Programa de Ramo, que serve como apoio aos coordenadores para a criação de um Plano de Ação. Neste material encontram-se informações metodológicas, históricas e representativas do Bandeirantismo. O programa de ramo é um sistema de educação autoprogredivo, com atividades organizadas por Áreas Temáticas que, voltadas às necessidades do contexto social, são progressivamente trabalhadas, aumentando o grau de dificuldade e complexidade de acordo com o interesse dos participantes.

O método do programa é constituído por oito elementos interdependentes, como apresenta:

Vivência do Código e da Promessa Bandeirante: a promessa é a forma de assumir voluntariamente sua adesão e aceitação aos princípios e valores do Bandeirantismo; Vida em equipe: é o convívio e respeito às diferenças, o exercício da liderança com responsabilidade e do trabalho

em equipe; Aprender fazendo: é o aprendizado pela experiência, o gosto pela descoberta. É a vivência dos processos do fazer e dar sentido ao aprender; Vida ao ar livre: apreciação e preservação da natureza como parte integrante dela; Serviço comunitário: senso de responsabilidade social de cidadania; Autoprogressão: avaliação e auto avaliação como parte do processo de progressão individual, de acordo com as possibilidades, vontades e habilidades; Convivência entre jovens e adultos: o adulto é o facilitador, o coeducador que ajuda no processo de aprendizagem, nas orientações e incentivo aos mais jovens; Simbologia: marcos simbólicos do Bandeirantismo no Brasil e no mundo, devem gerar um sentimento de identificação, de reconhecimento com os demais (Fellini 2017, 43).

Portanto, a função dos programas de ramo é efetivar em ações a missão da instituição, equilibrando os interesses e necessidades atuais das crianças, adolescentes e jovens e o leque de atividades, ou seja, a ação do Bandeirantismo, tendo como pilar os elementos do Método Bandeirante e a Missão (Florindo 2011).

Na busca por atender às necessidades do seu público, o programa de ramo, considerado o programa educativo da instituição, trabalha diversas áreas. O presente artigo analisará mais de perto as ações do Movimento Bandeirante relacionadas à área de Saúde e Meio Ambiente.

Nesta área do programa, os bandeirantes aprendem na prática como conviver em harmonia com o meio natural: conhecendo-o, amando-o e preservando-o. No método bandeirante, a vida ao ar livre é uma questão essencial para a educação de crianças, adolescentes e jovens, pois a convivência com a natureza possibilita a descoberta de si mesmo como parte integrante do mundo físico e a conscientização de sua responsabilidade pelo seu equilíbrio.

O contato com o mundo natural leva à criança, ao adolescente e ao jovem a percepção de outra dimensão além da tecnologia e do conforto material. Portanto, o consumo consciente e a preocupação com a sustentabilidade devem sempre nortear a vida do Bandeirante (Federação de Bandeirantes do Brasil 2001)

Movimento Bandeirante e a educação ambiental

Santos e Echalar (2014) acreditam que a educação ambiental é um processo multidisciplinar composto por várias ideias que envolvem o meio ambiente, as relações sociais e econômicas, e os valores morais e éticos do ser humano. Também reforçam que o trabalho sobre o meio ambiente é tratado de forma ampla, com base nos diversos temas relacionados à proteção da natureza e aos problemas socioambientais, de forma que o homem possa intervir no seu meio para ter um ambiente próspero.

As ações do Movimento Bandeirante contra as mudanças climáticas têm evoluído continuamente ao longo das décadas, adaptando-se às novas demandas e desafios ambientais. Com uma abordagem dinâmica e proativa, o movimento ajusta suas estratégias e iniciativas conforme as questões ambientais emergentes ganham relevância. Essa flexibilidade permite que o Movimento Bandeirante permaneça na vanguarda da sustentabilidade, implementando programas educacionais, projetos de conservação e campanhas de sensibilização que respondem às necessidades atuais de proteção ambiental e promoção de práticas sustentáveis.

A primeira ação relevante e documentada do Movimento Bandeirante em prol da mitigação das mudanças climáticas remonta à década de 60, período em que a preocupação pública com a deterioração ambiental ganhou importância entre os mais diversos segmentos da sociedade, tornando-se uma questão de interesse público internacional.

Nessa época, teve início um movimento ambientalista histórico e transnacional cujos valores e propostas disseminavam-se nas estruturas governamentais, nas organizações não governamentais, nos grupos comunitários de base, bem como na comunidade científica e empresarial. A partir de então, a evolução da política ambiental pode ser descrita com base em uma série de grandes acontecimentos internacionais que influenciaram o curso das políticas ambientais no mundo e, por consequência, no Brasil (Rissato e

Spricigo 2010).

O Projeto Natureza, que fez parte do programa educativo da instituição nas décadas de 60 e 70, época que ainda não era modismo falar em controle da poluição do ar, o projeto tinha como objetivo reduzir a poluição e o consumo de aerossóis para redução do efeito estufa.

Na década de 90, o mundo passou prestar muito mais atenção às questões ambientais. Com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a noção de "desenvolvimento sustentável" passou a permear a realidade dos órgãos governamentais, empresas privadas e entidades sociais.

O Movimento Bandeirante, com a intenção de educar as crianças em relação ao tratamento de resíduos, promoveu nacionalmente, no ano de 1999, o Projeto Internacional Clean Up the World – Limpem o Mundo. O programa foi um projeto comunitário internacional de preservação do meio ambiente que uniu as comunidades em todo o mundo a fim de realizar, anualmente, uma limpeza global.

O impacto do projeto foi mostrar que, por meio de simples atividades, crianças, adolescentes e jovens de todo o país podem ajudar a preservar o meio ambiente de suas próprias localidades e chamar atenção da mídia internacional com o volume de lixo recolhido. Esse volume, quando divulgado, ajudaria a desenvolver a consciência dos governos, indústrias e comunidades sobre os problemas ambientais, especificamente a diminuição de lixo, reciclagem e tratamento de resíduos.

Em reconhecimento aos seus projetos ambientais relevantes, o Movimento Bandeirante foi homenageado, em 1999, com uma moção de congratulações pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Essa honraria, oferecida pelo deputado Délio Leal, destacou o impacto positivo e duradouro das iniciativas do movimento na promoção da sustentabilidade e na conscientização ambiental, refletindo o apreço e a valorização da sociedade pelas ações do Movimento Bandeirante em prol do meio ambiente.

Com a transição para o novo milênio, no iní-

cio dos anos 2000, surgiu uma nova atenção global em relação às questões ambientais e de desenvolvimento sustentável. Esse período foi marcado pela aprovação da Declaração do Milênio pela ONU em 2000, que estabeleceu um compromisso internacional para enfrentar desafios críticos da humanidade. Dela vieram as Oito Metas do Milênio, que incluíam a erradicação da pobreza extrema e da fome, a universalização da educação primária, a promoção da igualdade de gênero, a redução da mortalidade infantil, a melhoria da saúde materna, o combate a doenças como o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV)/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), a garantia da sustentabilidade ambiental e a formação de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Alinhado ao compromisso da Declaração do Milênio, o Movimento Bandeirante promoveu diversos projetos com foco nacional, estadual e municipal para atingir as metas do milênio. Entre eles, destacou-se o Projeto Bandeirantismo nas Escolas, realizado em comunidades indígenas e de baixa renda, que teve como foco promover ações de resgate da cultura popular, cultivo de hortas, nutrição e reeducação alimentar, e plantio de árvores de espécies nativas das regiões em que atuaram (Federação de Bandeirantes do Brasil 2008).

Projetos ambientais nos dias atuais

Adotados em setembro de 2015 durante a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sucederam e atualizaram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Este processo, iniciado em 2013 e impulsionado pelo mandato da Conferência Rio+20, estabelece que os ODS guiarão as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional até 2030.

Foram definidos 17 objetivos e 169 metas globais interconectadas, a serem atingidos até 2030, sob a denominação de "Agenda 2030", que tinha como principal escopo as dimensões sociais, ambientais, econômicas e institucionais.

Outro trecho retirado do documento *Trans-*

formando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável:

05. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. 06. garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos. 07. garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos. 09. construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação. 14. conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. 15. proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade (Organização das Nações Unidas 2015, 18-19).

A Associação Mundial de Bandeirantes realizou um estudo que revelou que meninas e mulheres são afetadas de forma desproporcional pelas mudanças climáticas. Suas opiniões, interesses e experiências frequentemente não são refletidos nas estratégias de adaptação e mitigação climática, o que limita a efetividade das respostas que os países podem oferecer às mudanças climáticas.

A partir deste estudo, a Associação Mundial adotou uma nova visão para a instituição: "As meninas e mulheres jovens sejam mais resilientes às mudanças climáticas e liderem ações efetivas de mitigação e adaptação climática, tendo uma perspectiva de gênero em nível local, regional, nacional e internacional".

Para alcançar a nova visão, o Movimento Bandeirante lançou o projeto Todos Pelo Planeta, um programa educativo que busca preparar as crianças e jovens diante das mudanças climáticas e emponderá-los para liderar ações de mitigação e adaptação em sua comunidade.

Sendo o programa educacional mais recente do Movimento Bandeirante, o objetivo traçado e que está em execução é atingir diretamente 12.000 crianças, adolescentes e jovens de pelo menos nove países da América Latina. Esses participantes, como agentes multiplicadores, possuem a meta de atingir outros 36.000

Conclusão

A emergência das mudanças climáticas, como um dos desafios mais prementes enfrentados pela humanidade, exige uma resposta coletiva e coordenada que transcenda fronteiras nacionais e setoriais. Como parte deste enfrentamento, o terceiro setor, com sua capacidade única de mobilização e inovação, desempenha um papel crucial na mitigação dos impactos das mudanças climáticas e na promoção de práticas sustentáveis.

Organizações como o Movimento Bandeirante, que demonstram comprometimento com a educação não formal e a conscientização ambiental, exemplificam como as iniciativas da sociedade civil podem complementar e fortalecer as políticas públicas e privadas.

Ao longo deste artigo, foi explorado como o Movimento Bandeirante, através de suas décadas de atuação, tem se adaptado e evoluído para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos. Desde suas origens até as ações mais recentes, o Movimento Bandeirante tem demonstrado um compromisso contínuo com a preservação ambiental e a educação para a sustentabilidade.

A metodologia única do Bandeirantismo, baseada em valores como responsabilidade social, vida ao ar livre e aprendizado pela experiência, proporciona uma base sólida para o desenvolvimento de uma consciência ambiental global entre crianças, adolescentes e jovens. A instituição não apenas educa, mas também mobiliza suas bases para a ação coletiva, influenciando positivamente as comunidades locais e contribuindo para agendas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Diante do desafio global das mudanças climáticas, é imperativo reconhecer e apoiar o papel vital das organizações do terceiro setor como catalisadores de mudança. O Movimento Bandeirante, com sua longa história de compromisso com a educação e a ação ambiental, exemplifica como a união de esforços entre governos, sociedade civil e setor privado pode transformar desafios aparentemente insuperáveis em oportunidades significativas para um futuro mais equitativo e

sustentável para todos.

Referências

ENSP FioCruz. 2024. *Semana de abertura do ano letivo 2024 na ENSP – Mudanças Climáticas*. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=rEHjzUY1OqY>.

Federação de Bandeirantes do Brasil. 2001. *Programa Ramo B1: Livro do coordenador*. Rio de Janeiro: FBB.

Federação de Bandeirantes do Brasil. 2008. *Chama acesa: livro do bandeirante*. Rio de Janeiro: Grafitto.

Fellini, Mariella. 2017. *O Movimento Bandeirante entre tensões e contradições: A reformulação institucional de 1968*. São Leopoldo: Unisinos.

Fernandes, Rubem. 2005. "O que é o terceiro setor?" In *3º Setor: Desenvolvimento social sustentado*, organizado por Evelyn Ioschpe. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Fernandes, Rosa, Ana Lúcia Maciel, Michelle Clos. 2012. "O perfil e a incidência do terceiro setor nas políticas públicas: A realidade gaúcha em análise." *Revista de Políticas Públicas* 16: 233-245. <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1195>.

Florindo, Caroline. 2011. "Movimento Bandeirante e desenvolvimento moral: Uma relação possível?" Trabalho de Conclusão de Graduação, Universidade Estadual Paulista. <http://hdl.handle.net/11449/119084>.

Giddens, Anthony. 2009. *The politics of climate change*. Cambridge: Polity Press.

Organização das Nações Unidas. 2015. *Transformando o nosso mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Resolução A/RES/70/1*. Nova Iorque: ONU.

Pereira, Potyara. 2008. "Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania". In *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*, organizado por Ivanete Boschetti, Elaine Behring, Silvana Santos, Regina Mioto. São Paulo: Cortez.

Rissato, Denise, Bruno Spricigo. 2010. "A política ambiental no Brasil no período de 1970–1999." *Revista Ciências Sociais em Perspectiva* 9(16): 1-17. <https://doi.org/10.48075/revistacsp.v9i16.3485>.

Santos, Jéssica, Adda Echalar. 2014. "O que as crianças sabem sobre o seu ambiente? A relação entre o senso comum e o saber científico em crianças de Anápolis-GO." *Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental* 31(1): 153-173. <https://doi.org/10.14295/remea.v31i1.4340>.

Tristão, Virgínia. 2011. "Educação ambiental não formal: A experiência das organizações do Terceiro Setor." Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.48.2011.tde-06122011-162826>.

Gabriel Serra Ferreira de Brito

Mestrando em Sociologia e Ciência Política (PUCRS), especialista em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global (PUCRS), graduado em Direito (PUCRS). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (GPESC) e integrante da Comissão do Seminário Discente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUCRS.

Endereço para correspondência

GABRIEL SERRA FERREIRA DE BRITO

Rua Portugal, 384

Ponte Seca, 95185000

Carlos Barbosa, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram normalizados por Texto Certo e Acessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.